

# Sem demagogia

CORREIO BRASILENSE

**H**á muito se diz que educação é prioridade nacional. O discurso figura em programa de todos os governos, mas contam-se nos dedos as medidas concretas capazes de levar as palavras à ação. Prova são os números do censo demográfico de 1996 divulgados pelo IBGE. As cifras revelam que o setor, embora tenha experimentado progressos nos últimos cinco anos, apresenta cenário muito distante do desejável. Com elas, fica claro o desafio que ninguém mais consegue esconder. Só investimentos maciços no ensino podem dar ao Brasil condições de enfrentar a concorrência da economia globalizada.

De 1991 a 1996, a taxa de escolarização avançou entre os jovens de 15 a 17 anos, a evasão escolar diminuiu e aumentou o número de crianças na escola. O resultado sinaliza que o país está no caminho certo. Deve continuar a investir no ensino básico e empenhar-se na luta pela universalidade do ensino. Mas ainda é muito pouco em vista da trágica herança acumulada ao longo de séculos de descaso e irresponsabilidade.

O contingente de 22,2 milhões de analfabetos com 10 anos ou mais é engrossado por 2,7 milhões de crianças entre 7 e 14 anos que estão longe das sa-

las de aula. Mais de um terço dos brasileiros (35,1%) tem escolaridade inferior a 4 anos. São os analfabetos funcionais, pessoas incapazes de apresentar desempenho mínimo em português e matemática. Uns e outros formam uma multidão de marginalizados “inempregáveis”, como diz o presidente Fernando Henrique Cardoso. São pessoas sem nenhuma chance de integrar-se ao mercado de trabalho.

À quantidade soma-se uma agravante — a qualidade. Testes aplicados no primeiro, segundo e terceiro graus revelam que o brasileiro tem ensino de excelência duvidosa. O Provão reprovou a maior parte dos cursos superiores. Na avaliação do primeiro grau das escolas públicas e privadas, só 1% dos alunos passou em português e 3,7% em matemática.

O censo deixa um recado claro. Está na hora de mudar. No momento em que o governo se empenha em ajustar as estruturas internas, racionalizando gastos para atender prioridades, a educação deve tornar-se a prioridade nacional. De verdade. Sem demagogia. O Brasil provou que em certos setores tem condições de se equiparar aos melhores países do mundo, mas não consegue estender os benefícios à sociedade. A marca de país injusto precisa ser apagada.